

Pauta: Comunidades do 4 Distrito. Situação de moradia e condições gerais da Vila Santo Antônio e Vila Verdes Campos dentro do bairro Humaitá.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h22min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Temos as presenças dos Ver. Cassiá Carpes, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver. Pedro Ruas, Ver. Cláudio Conceição. O Ver. Alvoní Medina, membro desta Comissão, não está presente que justificou sua falta. A pauta desta reunião é sobre as comunidades do 4º Distrito, a situação das ocupações, o que está sendo feito com as comunidades ali referente às melhorias, as solicitações principais do cotidiano, do dia a dia dessas comunidades que ali estão, fazendo parte do 4º Distrito, a entrada da cidade. Com um olhar diferente que estamos dando, enquanto Legislativo, juntamente com os demais vereadores desta comissão, estamos conseguindo ter um retorno muito positivo através dessas comissões, principalmente desta. Compondo a Mesa, quero chamar o Sr. Dilton Martins, representando a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, seja bem-vindo; o Sr. Darcy Santos, representando o Departamento Municipal de Água e Esgoto, seja bem-vindo; a Sra. Miriam Fernandes, representando o Departamento Municipal de Habitação; e a Sra. Silvana Palma. Vamos chamar também para compor a Mesa as duas comunidades a qual estão aqui fazendo parte desta tarde para que a gente consiga, através desta Comissão, poder também dar uma resposta, de forma efetiva, juntamente com as secretarias aqui presentes: a Sra. Maria Salete Silva Gonçalves e a Sra. Cleusa Mello, representando a Vila Santo Antônio; o Sr. Paulo Renato Campos, representando a comunidade Vila Verdes Campos; se a vice presidente também quiser fazer parte da Mesa, a senhora fique à vontade. Passo a palavra para a Sra. Cleusa Mello, representando a comunidade Vila Santo Antônio, uma comunidade que está há muito tempo junto à Ernesto Neugebauer, tem uma história de luta com a Sra. Salete há mais de 20 anos, com certeza tem várias situações ali que precisam ser vistas, situações da rua, situação de água, esgoto, e este é o momento para vocês estarem aqui já

passando para as secretarias as principais solicitações e dificuldade que vocês estão enfrentando na comunidade.

SRA. CLEUSA MELLO: A gente está aqui reivindicando a nossa luta pelas ruas e os esgotos que, quando chove, enche tudo. A gente precisa daquele esgoto cloacal, porque só temos o básico, a gente não tem aquele que é para..., que tem que levar tudo, os lixos, essas coisas assim. Então, faz anos que a gente está correndo atrás disso, só que não temos retorno, não sabemos mais para quem correr, com quem ir buscar. A gente faz reunião, promessa, só promessas que vão lá ver, que vão fazer. Até então, a gente está na luta para isso, que o nosso objetivo são as ruas e esse esgoto que é o que precisa mesmo. Porque água, luz, isso a gente tem e o esgoto, aquele normal, e o que precisa mesmo não tem. Quando chove, alagam as casas, as ruas ficam todas alagadas, as pessoas perdem as coisas dentro de casa e é bem complicado para uma área que a gente pagou, está paga, e a gente paga praticamente tudo lá dentro, imposto de tudo quanto é jeito, mas o que é...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Foi criada uma cooperativa há muitos anos né?

SRA. CLEUSA MELLO: Foi criada uma cooperativa. Quem sabe melhor essa história é a Salete, que não era da minha época essa história da cooperativa.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): A senhora quer se pronunciar, Dona Salete, por favor.

SRA. MARIA SALETE SILVA GONÇALVES: Eu somente vou reforçar o que a Cleusa falou. Realmente, aquelas ruas estão demais. Eu sei o que já corri, o que eu já fiz, tudo, mas também tem o problema que eu tenho certeza e acredito que o DEMHAB ainda vai nos ajudar a resolver. Então, no mais, é isso aí que a gente precisa. Estamos muito sem segurança também, acho que faz uns cinco anos

que eu não sei o que é passar um policial ali. Tem noites que eu nem durmo por causa de problemas. Não são todos os dias, não acontece que nem os outros lugares, mas eu estou pedindo, assim, eu quero, eu gostaria – não posso querer – que as autoridades pensassem nisso, em botar um policiamento para a nossa comunidade. É isso, a rua e isso aí de segurança. Não sei o tempo que faz que não passa uma viatura, uma coisa. E eu que sou presidente e diretora financeira, ela é presidente também, mas eu também ajo junto com ela, então, antes tinha; de uns anos para cá, não existe mais isso, e a gente está precisando de policiamento, que passe de vez em quando de noite. Tem muitos idosos, não só eu, tem muita gente doente, é isso. Meu muito obrigada.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Muito obrigado, Dona Salete, Cleusa. Só lembrar que vocês poderão falar as suas reivindicações agora, as necessidades. Então, vou passar para o Sr. Paulo, presidente, também colocar a atual realidade da comunidade lá. E, depois, vai ter o momento que os secretários aqui vão poder falar a respeito dessas demandas que vocês estão trazendo aqui e o que poderá ser feito. Então, por favor, Paulo.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Meu nome é Paulo Renato. Eu sou presidente da Associação Campos Verdes, do Humaitá, e, a princípio, eu queria só fazer um pedido para a Mesa nos assistir lá, porque nós estamos com um impasse. Em primeiro lugar é com a Rumo, que eles estão reivindicando um espaço de trabalho deles, mas eles não existem mais ali, a Rumo não existe mais ali, só tem o terreno, e disseram que nós invadimos a base. Eu já tive duas audiências com eles e disseram que nós invadimos a base de facão e coisa, e tudo é história. Os advogados deles, a princípio, não sabiam nem onde era o lugar onde nós estávamos, onde nós estamos colocados, e quem colocou nós ali, eu vou fazer um básico aqui, em 2014, foi quando foram mexer no negócio das pontes, tinham que remover o pessoal da Teodora, lá embaixo, perto do...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Não, eles queriam, eles iam ocupar o lugar onde nós tínhamos a ocupação, que era na Ernesto Neugebauer. Eles nos tiraram de lá, porque eles iam passar aquele lugar onde nós estávamos para o pessoal das ilhas, tipo assim, Tio Zeca e Areia e passar o pessoal para lá. Mas, no fim, não foi, aí pediram para nós arrumarmos um lugar que eles iam passar. Pegaram os caminhões da Queiroz Galvão, da empresa que fez as pontes lá, e nos levaram para ali, abriram lá o lugar, passaram as máquinas e botar e mandaram a gente se assentar ali, e ali nós estamos. Agora nós estamos em torno de 80 famílias, tem em torno de 30 famílias haitianas que estão ali também junto com a gente. E o problema que eu queria que dessem uma olhada é nesse impasse da regularização. E o que nós queríamos agora... Ali é federal, ali é do DNIT. A Rumo pegou a concessão daquela área ali, mas acho que até uns quatro ou cinco anos, eles tinham trabalho ali, mas eram depósitos assim que eles tinham.

PRESIDENTE MARCELO CONSELHEIRO (PSDB): Paulo, na época quem estava junto nessa e colocação de vocês, tirando dessa ocupação e colocando lá, a Prefeitura estava presente, não é? Então tinha o aval da Prefeitura.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Sim, tinha, na verdade, eles não deram papel, não passaram nada, só deram um papel lá para assinar que, antigamente era o Ronaldo que até faleceu, que era o presidente, na época era o Ronaldo, e deu uma doença nele lá e ele e foi fora esse papel. Até nós vamos procurar, para ver isso aí.

PRESIDENTE MARCELO CONSELHEIRO (PSDB): A Equatorial regularizou todas as casas lá?

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Sim, agora com esse negócio da Equatorial, eles vieram ali em março, abril por ali, e regularizaram a luz para nós, só que o nosso impasse é que eles estão cobrando taxa de luz da rua, nós

pagamos tudo, é R\$ 8,90, por aí, o valor, e nós estamos pagando e nós não recebemos essa luz. Entendeu? Aí eu fiz um pedido para eles com a que foi lá fazer o levantamento para nós e eles disseram que isso não era com eles, que o negócio da luz não era com eles. Mas se não é com eles... eles que botaram a luz.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Eu quero dar, rapidamente, um depoimento, muito rápido mesmo, Presidente, cumprimentando o Cláudio Conceição, a ti, Presidente Conselheiro Marcelo, o Ver. Alex Fraga, o Ver. Cássia Carpes, as pessoas, senhoras, senhores, eu estive nas ilhas nesse período. Ali basicamente era a Ilha das Flores, a Pintada e a dos Marinheiros, era a nova ponte do Guaíba, porque a outra era insegura, em função de horários, porque subia ou descia, fizeram a nova ali. Bem, demoveram muitas pessoas das ilhas mesmo e foram e foram colocadas ali, no 4º Distrito, basicamente nesse local de onde vocês saíram. Eu acompanhei, muita gente acompanhou, na época, eu me lembro do Irmão Miguel que atuava muito nesse sentido, muitas pessoas acompanhavam, e eu ia muito com a Fernanda Melchionna, lá naquele tempo, e até fiquei muito impressionado que na Ilha dos Marinheiros, o chão era lixo, inacreditável isso. O chão era lixo socado. Um inferno aquilo. Eu quero dizer que acompanhei a chegada e o projeto que havia, que a Prefeitura anunciou, de fato eu não vi o Estado e não vi a União Federal, porque a União Federal tinha a ponte, mas vi a Queiroz Galvão, e a Prefeitura falando que ia haver uma remoção para o local ali do 4º Distrito e que essas pessoas que estavam ali iam para outro local. Eu não sabia qual e eles não disseram. Eu só quero dar esse depoimento porque é um período que eu estava atuando ali. Obrigado.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: E agora nós estamos pedindo para dar uma olhada nesse negócio da luz e da rua também. Agora, quando chove, geralmente alaga tudo ali no bairro, é normal ali alagar, mas ali onde nós moramos não tem calçamento. É uma rua antiga ali, a Luis Felipe Zamprogna, se vocês olharem no mapa, ela sai dali da Teodoro e vai lá dentro do metrô, na

rua de dentro do metrô mesmo, da sede do metrô, ela atravessa tudo aquilo ali, a rua do mapa é assim. E ali não tem calçamento, então ela é uma rua... Nós fomos abandonados ali, e tem muita água. De manhã, quando chove, o pessoal tem que sair embaixo d'água, literalmente, é barro, coisa, e não tem como, tu tens que sair com o calçado na mão. O pessoal, de manhã, criança sai para a creche, coisa assim, é assim. Outra questão são os Uber, atendimento, se tu pedes, eles não entram por causa do barro. Tem dois acessos, que é uma entrada assim que tem dois acessos, os dois acessos são, literalmente, cheios d'água por causa que o pessoal vai botando aterro, e vai ficando...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): E a água, Paulo, como é que é água lá?

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: A água é clandestina, por enquanto, é clandestina, não foi ainda para lá, 80 famílias lá vivendo assim, e água e esgoto, né? Esgoto é fossa, não tem como tu fazer outra coisa. Um lado tem uma saída de esgoto lá que sai para o lado do aeroporto. Até nós temos um problema lá com a Fraport, que é do aeroporto, eles vieram, esses tempos, ali por causa da iluminação do aeroporto. Eles têm as torres deles ali. E na entrada da nossa rua, bem no meio da rua, e mais para trás na nossa vila tem as torres da iluminação do aeroporto. Aí que é que acontece? Eles andaram botando umas casas lá, eles vieram lá, daí nós reunimos a associação e tiramos as casas, deixamos livre o espaço deles. Tivemos que mexer lá e tirar um pessoal, arrumar a rua que tinha umas casas que eles... Sabe como é que é, né? Invasão tem muita coisa dessa, e aí nós fomos lá, conseguimos ainda tirar, e a Fraport também está com ação contra eles lá por causa desse negócio aí, mas já foi removido. É isso aí, nós queremos ver se podia dar uma ajuda...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Paulo, tem algum processo no DEMHAB em relação a isso?

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Tem no ministério, eu acho.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Porque, se não tiver, isso atrapalha. Desde 2014 vocês estão ali?

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Não, eu acho que é 2016, 2015, por aí.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Já faz bastante tempo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: É, 2014, quase dez anos ali já. A associação está desde 2013 já.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): É essa questão que eu gostaria de saber, mas eu tenho certeza que vocês vão explicar. Todo esse tempo, e o DEMHAB não fez uma conversação com o governo federal, vocês não fizeram. Se é área federal, nós temos que... Até acho que vocês têm condições, mas por que o governo federal não consolida isso junto com a Prefeitura? Essa é a minha preocupação. O que é que eles alegam?

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Tem um processo na Defensoria Pública da União, tem um processo aberto. Eles já entraram com três mandados. Mas esse último agora, aí eles se reuniram lá e mandaram eles resolver entre, não sei se é governo estadual, porque ali é federal. Daí envolve eu acho que os três governos, não sei como é que funciona, mas tem um processo aberto sim.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sim, o governo federal tem que... É área federal, tem que dar um pontapé inicial, envolver os outros para...

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: E o processo quem está com a com a reivindicação...

SRA. JULIANA BATISTA: Já tem uma ordem de despejo, a última notícia que a gente teve foi em relação a isso.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Pois é, olha aí, a gente quer ajudar, mas a gente precisa saber bem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Não, é a Rumo, é a Rumo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: É a antiga, a nova agora é a Rumo. Isso.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu só fiz a pergunta, mas eu tenho certeza que depois vocês, com mais conhecimento da questão, vão falar para nós. Obrigado, Paulo.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Passo a palavra para o diretor Darcy. Mais uma vez, obrigado, sempre parceiro desta Casa, sempre dando explicações e sempre fazendo o possível.

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Meu nome é Darcy, estou diretor adjunto do DMAE. Boa tarde a todos. São duas questões diferentes. Vila Santo Antônio, como elas relataram, tem abastecimento de água e tem canalização do esgoto sanitário. O esgoto sanitário são as águas que saem dos banheiros e das cozinhas, basicamente é isso. Água servida na saída de banheiros e cozinhas

vai pela canalização de esgoto sanitário, é transportada, é uma canalização de diâmetro relativamente pequeno. O que elas tão demandando é a canalização pluvial, que são as águas de chuva. Só que a canalização pluvial, ela tem uma interface direta com a pavimentação da rua, de qualquer tipo que seja a pavimentação, pode ser de pedra, de bloco, de asfalto, de conservação permanente. Ela tem uma relação direta, porque as águas de chuva são conduzidas em canos, só que a água não escolhe cair dentro do cano: “Vou lá cair dentro do cano” – não. A água de chuva precisa das bocas-de-lobo, são as bocas-de-lobo que captam a água de chuva. E a boca-de-lobo recebe a água a partir de um caimento da rua. Então, a rua tem que ter um caimento, entendeu? Tem que ter um sentido para onde a água sai, para ir até a boca-de-lobo passar na canalização pluvial. Então, o que eu quero dizer com isso? Depois que o DMAE assumiu a parte de projeto e obra, a parte de planejamento pluvial também, da drenagem urbana, a gente participa dos projetos, mas esse é um projeto que tem que ser capitaneado pela SMOI, porque envolve o planejamento do caimento da rua e do tipo de pavimento que vai ser colocado na rua. Eu não posso fazer um projeto de drenagem urbana sem ter uma definição de como vai ser o tipo de pavimento onde a água vai cair, nem de caimento, nem sentido de deslocamento. Então, a gente participa dos projetos que a SMOI desenvolve, mas tem que ser captado na SMOI, não no DMAE, porque quem decide o tipo de rua e o caimento dela é a SMOI. De qualquer forma, a região ali, tanto da Santo Antônio como do Verdes Campos, pertence a toda a macrodrenagem daquela área lá do Humaitá inteira, Humaitá, Vila Farrapos, um pedaço de Navegantes. E é uma área bastante crítica, o vereador conhece bastante, não é? Ali nós estamos – de parte de investimento, que é para a macrodrenagem – elaborando o projeto, já faz alguns seis meses que a gente tem um contrato de elaboração de projeto, para vocês terem uma ideia, custa R\$ 3 milhões só elaboração do projeto de engenharia. E um dos pontos prioritários é o Humaitá inteiro, entende? É um planejamento da macrodrenagem inteira, não é específico de uma rua, de uma comunidade, não, é a região toda. E a gente estima aí, no mínimo, só a parte da drenagem, uns R\$ 110 milhões para a obra,

fora alguma coisa de esgotamento sanitário, alguma coisa da microdrenagem, as encanações pequenas. Então vai longe o recurso, mas o que a gente tem de providência de imediato que está fazendo é elaboração de parte da engenharia, que não tinha, só tinha plano de drenagem geral, mas sem uma definição de projeto. O que é cerebral na região ali é casa de bomba 5, a coisa mais importante de todas é muda-la; ela precisa aumento de capacidade de bomba e precisa aprofundamento do poço. Todo poço aquele de chegada de reunião de água tem que ser muito maior, muito maior e mais profundo, é a primeira coisa que tem que fazer. Tudo é obra grande que, por consequência, acaba atendendo todas as comunidades da região, independente de posição que esteja, tem de todas. Mas, assim, especificamente, a canalização pluvial dentro da comunidade tem que começar junto com a pavimentação da SMOI, e a gente participa.

Verdes Campos – a gente fica um pouco nessa questão da regularização. Depois de haver uma regularização, encaminhamento junto à Secretaria de Habitação, o DMAE sempre começa com a água, depois é que vem o restante, esgoto e pluvial, mas começa com a água. E vale na questão da macrodrenagem para o Verdes Campos a mesma coisa que vale para o Santo Antônio. Então o que nós temos para dizer é isso. Quero agradecer e estamos aí, se tiver dúvidas, estamos aí para esclarecer. Obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, diretor Darcy. Então é importante já saber dessa provocação, porque a Santo Antônio lá é... Até o pessoal, um tempo atrás, botou um frisado lá, eu estive *in loco* lá. Então já foi colocado um material lá, e é chão, é um frisado. Da mesma forma também ali, só que a Campos Verdes lá não tem material nenhum, é como está, o chão...

SRA. JULIANA BATISTA: Boa tarde, eu sou a Juliana da comunidade do Campos Verdes. Com os moradores a gente tem um grupo de WhatsApp da comunidade, e funciona muito bem. Só que agora os moradores acabaram gerando uma expectativa de uma regularização em função da energia elétrica. Então, com essa esperança que os moradores tiveram, boa parte está fazendo

obra. Muitas casas que eram de madeira estão sendo construídas de material, e, em função disso, agora é caminhão direto carregando tijolo, é o pessoal aterrando pátio. E aí, às vezes, o pessoal compra ou ganha uma carga de aterro que acaba não ocupando tudo, já fica no meio da rua, acabou cobrindo toda brita que a gente tinha colocado há uns dois anos. A gente tinha conseguido fazer uma vaquinha entre os moradores, espalhado brita, não ao longo de toda a rua, mas onde compreende a ocupação, que é de um ponto da metade da rua para o final, mais ou menos, que compreende essa ocupação, ali é mais aonde os moradores se organizam, onde a gente se organiza entre si para fazer essas ações que são pra todos. Só que em função disso, de os moradores estarem construindo e deixando a sobra de aterro, acabou misturando de novo o barro e muito caminhão de obra, a gente não deu mais conta. Aí o pessoal acabou desistindo. Coleta de lixo também a gente tem, que é uma coisa que já ajuda, além da regularização da luz.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o caminhão pequeno aquele...?

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Não. É o grandão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o grande?

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: É o grande. A gente conseguiu, porque era uma coisa que nos incomodava bastante ali, o descarte irregular de lixo. Ainda tem bastante árvores lá, a gente consegue fazer com que os moradores não desmatem. Tem lagarto, tem bichinhos lá, é legal. E aí a gente consegue fazer com que os moradores não desmatem, deixem um pouco de árvore, é necessário que tenha. E aí a gente conseguiu fazer com que entrasse, acho que também há uns dois anos, a gente fez muito muito pedido para o DMLU, até que foi um representante lá, deu uma olhada na comunidade, e aí a gente tem também a coleta de lixo já.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: A gente tem a coleta de lixo. Isso. O DMLU faz a coleta.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Então, literalmente reconhecidos. Então, os serviços já estão entrando lá dentro. Obrigado. Então passamos a palavra ao Dilton. É muito importante também a tua fala aí, principalmente com essas comunidades, a questão da rua principal, até pra essa revitalização, mesmo que seja provisória, pelo menos pra eles terem uma qualidade, assim como vocês têm feito já, em grande parte da cidade. Então, por favor, Dilton está com a palavra.

SR. DILTON MARTINS: Sou da Secretaria de Serviços Urbanos e queria agradecer pelo convite, vereador; agradecer aos demais vereadores, à comunidade, à D. Salete, à Cleusa, à arquiteta Silvana, ao Darcy e aos demais parceiros. A gente conhece um pouco ali da comunidade da Vila Santo Antônio principalmente, porque algum tempo atrás estivemos lado a lado ali, no auxílio a essa comunidade, junto com a arquiteta Silvana, a D. Salete e a Cleusa, que fizeram e fazem um trabalho fantástico ali junto à comunidade, são umas batalhadoras. Conheço um pouco na questão da regularização fundiária, que é necessária ali, cujo processo está muito avançado, não é, Silvana? Felizmente ali há muita coisa, eu comecei a participar de 2015 para cá, e avançou, antes a realidade ali era bem complicada, hoje o patrolamento é mais regular, com esse avanço dessa regularização ali na comunidade. Então, a gente faz algum serviço, que é o que a gente pode a fazer, dentro das possibilidades, a parte da energia ali, a partir do momento em que a CEEE colocou os postes novos, a gente já fez a troca da iluminação, já tem iluminação de led ali na região. O DMLU atua bastante naquela parte também, ele vai dentro das ruas ali que que fazem parte da comunidade, mas a gente esbarra, vereadores, na questão essa de poder fazer essa melhoria, assim como o Darcy mencionou, aquela comunidade

em específico demanda projeto. O projeto existe, já tem dentro o DEMHAB desde quando...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DILTON MARTINS: Isso, acho até que antes ali...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Essa que tu estás falando, é da Santo Antônio ou da...

SR. DILTON MARTINS: Da Santo Antônio. Cooperativa Santo Antônio. Então, essa a demanda é muito do avanço dessas autorizações, da burocracia ali, para poderem esses projetos, que a partir da regulação em si, passando a Reurb – não é, arquiteta? –, a coisa vai conseguir andar, daí os recursos vão poder ser captados para poder depois... ou a própria cooperativa fazer a instalação dessas melhorias, tanto a questão da drenagem quanto o pavimento, mas dependemos todos desses avanços.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Mas, nesse meio-tempo, Dilton, não dá para dar uma reorganizada, principalmente na rua? Tem essa dificuldade, tem muito buraco na rua, tem muita...

SR. DILTON MARTINS: Ali, vereador, seguidamente, até a dona Salete e a Cleusa nos procuram, elas sabem que eu trabalho na Secretaria, a gente envia patrola, faz o patrolamento, a gente coloca ali o saibro, que dá uma melhorada, mas é momentâneo. Então, é uma conservação permanente, enquanto não tiver ali ou o PAVS, ou o asfalto quando tiver a drenagem, então, tem que ser esse trabalho periódico. Então, a gente passa a patrola, se chover, o serviço vai por água abaixo.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Quanto tempo faz que não tem uma revitalização dessas lá, dona Salete e Cleusa?

SRA. MARIA SALETE SILVA GONÇALVES: (Manifestação fora do microfone. Inaudível.) ...alagou onde estão os buracos. Eu, ela e não sei mais... a gente fazia vaquinha pelo menos para a nossa casa, porque, na minha casa, é muita gente. Aí então a gente colocava, depois que tu colocaste, melhorou, mas agora...

SR. DILTON MARTINS: Sim, as chuvas foram muito severas nesse período de...

SRA. MARIA SALETE SILVA GONÇALVES: É mais a rua 2, Dilton; a rua 1 ficou bonita.

SR. DILTON MARTINS: A gente programa um serviço lá, dona Salete, pode ficar tranquila...

SRA. MARIA SALETE SILVA GONÇALVES: Está feio, a água... aí não entram os carros, que a gente precisa para a saúde... É o mesmo problema, melhora, vem o verão, tudo bem; depois começa.

SR. DILTON MARTINS: Vamos programar o patrolamento para dar uma melhorada. Passando esse... não tem previsão de chuva amanhã, forte também, então tem que passar um tempo também. A questão que o Paulo Renato falou ali, é Campos Verdes?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DILTON MARTINS: Campos Verdes, e a Juliana; eu conheço um pouco ali, infelizmente depois teve o falecimento do Ronaldo, que foi uma liderança que que ajudava ali naquela região, que me levou ali algumas vezes, estive ali e, até

mandei uma mensagem para a engenheira responsável da região, que é a eng.^a Andreia, da Zona Norte, mas a gente esbarra na questão que ali não tem regularização nenhuma, nem em avanço. Então, tem questões judiciais, então a gente esbarra na questão. A gente pode até um pedaço da Zamprogná, no início, até acho que tem aquela primeira torre ali do avião, de sinalização. Daquele para lá já fica mais complicado, a gente não tem...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DILTON MARTINS: É, exatamente, mas a gente esbarra nessa questão, a secretaria, com certeza, gostaria muito de poder fazer patrolamento, fazer todas as melhorias em todos os locais – não é, Paulo? –, mas a gente esbarra em até, assim daqui a pouco, existe uma denúncia, e a gente está fazendo... Por que estão fazendo o serviço numa área que não é pública? Que é a realidade ali. Então, a gente consegue fazer até um pedaço, mas a gente não consegue avançar muito mais. Claro que, dependendo das questões que o Ministério Público colocar e nos autorizar, a gente até vai fazer. Tem algumas comunidades – não é, vereador? –, que a gente vai até um ponto tendo esse aval do Ministério Público junto com a Prefeitura, e a gente consegue fazer esses avanços, mas até ali não tem uma...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Até a questão da iluminação – não é, Dilton? –, porque a luz, a própria Equatorial reconheceu, a comunidade regularizou todas as casas, eu estive lá. Então, só que daí é um breu, é uma escuridão, daí não faz sentido o pessoal estar pagando a taxa de iluminação pública e não ter iluminação pública.

SR. DILTON MARTINS: A taxa de iluminação pública, vereador, é uma coisa até importante a gente recolocar sempre que é questionado, a iluminação pública não é específica para aquela área, entendeu? A partir do momento que a CEEE regulariza uma conta, aquele morador paga por uma conta de Porto Alegre.

Então, ele sai do Humaitá, ele vai no Centro, tem iluminação pública. Então, é uma conta que é rateada entre todos os contribuintes que pagam a sua conta da CEEE. Claro que, depois que a área for regularizada, assim como foi lá na comunidade da vila Santo Antônio, a gente vai... porque é interesse tanto da Prefeitura quanto da CEEE quanto da IPSul em instalar esse serviço em todos os locais. Até por questão de segurança, não é vereador? Então, precisamos também desse aval. O DEMHAB, quando nos dá uma sinalização favorável para que a gente possa avançar, a Dra. Somensi faz muito essa intermediação conosco na secretaria, a gente instrui lá a IPSul, faz o projeto, vai lá e identifica quais são os pontos que podem ser instalados, e a gente vai e faz. Mas a gente depende sempre dessa questão de autorizações, a gente não pode, por uma necessidade, a gente sabe que existe, a gente não pode negar, mas a gente não tem a legalidade para fazer, infelizmente.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: É que essa rua agora foi abandonada, mas, há 40 anos atrás, ela era uma área de residência. Nessa rua onde nós moramos, ela atravessa e vai até o Trensurb, se vocês colocarem no Google, ela vai aparecer. Ela sai da Teodora e vai até a sede do metrô, por dentro, então, antigamente ali era a Vila dos Ferroviários. Com o tempo, eles passaram como fizeram alguma... Tinha realmente o trabalho da antiga RFFSA e, depois, veio a América Latina. Mas antes eles passaram, tiraram o pessoal dali, que era uma vila de moradores, e botaram para onde é agora a Diretor Pestana, que é a Vila dos Ferroviários. Quem conhece a zona, o Marcelo conhece ali, agora que eles regularizaram essa vila ferroviária, que foram passadas as escrituras e coisa assim... E aquela rua foi abandonada, ela criou mato, mas ela é uma rua.

Por isso que eu estou falando, nós temos 80 famílias lá, mas, do meio da rua, que agora é habitada, para frente, vamos dizer assim uns 120 metros, é a rua, é a comunidade. No começo, têm umas oito ou dez casas ainda, remanescentes da vila antiga dos ferroviários. Até têm duas empresas ali, na entrada à direita, têm duas empresas e, mais para frente, têm mais seis, sete ou oito casas, tem

umas dez residências da antiga Vila dos Ferroviários. E daí foi por isso que eles nos colocaram ali, porque ali era uma rua já de habitação, foi por isso que foi colocado ali.

SR. DILTON MARTINS: Para finalizar, Renato, na Prefeitura consta ainda como uma área particular. Então, a gente fica impedido de atuar; mas, vereador, a secretaria está sempre à disposição e, caso a gente precise...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Mas no início da rua lá para...

SR. DILTON MARTINS: No início, sim.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Se a patrôla quiser dar uma avançadinha, a gente não vai ficar bravo.

SR. DILTON MARTINS: Vai fazer a Vila Santo Antônio e a entrada ali.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: É porque, como eu estou falando, na verdade a rua, do começo até o fim, tem 250 metros, 300 metros, no máximo. Essa parte que o senhor falou que eles entram, eles até entram em uma parte ali, até a torre, onde é a primeira torre do aeroporto ali. Mas isso aí eu acho que não influi em nada, porque é uma rua normal, uma rua com três metros, o Marcelo esteve lá ontem e viu...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Sim, no Google Maps ela aparece como uma rua até o final.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Sim, e a parte onde está mais afetada mesmo é a parte do meio para lá, onde era a vila, onde é a associação da comunidade. Então, o que nós queríamos era patrôlar, botar um saibro, que

já ficaria um pouquinho melhor para o pessoal, pelo menos, ter um acesso melhor.

SR. DILTON MARTINS: Mas infelizmente a gente fica impedido, Paulo. A gente vai trabalhar junto com a Câmara aqui, para ver o que é possível ali de avançar, a gente pode entrar mais em contato com o DEMHAB e ver como é que está o andamento dessa parte mais de regularização para a gente ver se consegue fazer o avanço. Mas, por enquanto, a gente só tem até esse ponto, a gente vai programar o serviço ali.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Dilton. Acho que aqui estão os três principais atores que respondem aqui por todas essas demandas que estão sendo solicitadas. Então, agora vamos passar a palavra para o DEMHAB. As outras secretarias, no caso, Darcy e Dilton ficam de mãos atadas, mas acredito que o DEMHAB poderá contribuir muito, até para a gente poder movimentar esse processo e fazer com que, pelo menos, esses direitos mais simples possam ter algum tipo de avanço. Eu sei que é um processo muito delicado, muito difícil, mas aquela região está nessa fase de regularização, e a gente está fazendo esse trabalho, mas são muitas ocupações. Há pouco tempo nós estivemos no Recanto da Alegria, que é uma ocupação em uma área pública, onde o pessoal está vivendo praticamente de uma forma desumana, e eles estão lá já há quase oito anos. Através desta comissão, nós conseguimos trazer as secretarias, que foram *in loco* lá também. O pessoal não tem água, não tem luz, não tem esgoto, não tem nada lá; então, eles vão ter a possibilidade de regularizar a área, de poder comprar a própria área para daí, sim, a Prefeitura poder colocar água, esgoto e iluminação. Mas é um processo que não acontece do dia para a noite, mas acredito que o DEMHAB está tendo essa sensibilidade, não só com essas comunidades que estão sendo trazidas aqui, mas também da Santo Antônio e da Campos Verdes, que a gente poderá ter algum avanço. Podem contar com a Câmara, pois a gente também está fazendo parte desse processo para que se consiga, pelo menos, ter essas autorizações do Ministério

Público para podermos levar esse trabalho. Porque a Prefeitura, no caso o serviço público, quer fazer, só fica impossibilitado de fazer devido a esses entraves que, infelizmente, são uma realidade. Passo a palavra a Sra. Silvana.

SRA. SILVANA CELIA PALMA: Eu e a minha colega Miriam somos técnicas, somos arquitetas, trabalhamos na coordenação de urbanização, e o nosso papel é basicamente executar os projetos urbanísticos e fundiários. Então, a gente trabalha com essa área da Santo Antônio desde o lançamento do Programa Integrado Entrada da Cidade, a ocupação Campos Verdes é mais recente, então essa área da Santo Antônio que a gente tem mais, digamos, conhecimento e estudos sobre ela. Desde o ano de 2000, quando foi lançado o PIEC, foram cadastradas 154 famílias nessa área da Santo Antônio. Foram feitos vários estudos, inclusive um que era terra arrasada, não sei se vocês lembram, era a demolição de todas as casas e a reconstrução no mesmo local; mas, depois, em contato com a comunidade, em vistorias no local, se viu que não tinha necessidade de fazer esse tipo de intervenção tão radical. Então, se fez o projeto de regularização fundiária, e se avançou bastante, concordo com o Dilton, em termos de proximidade com a comunidade, de conhecimento da área e de lançamento desse projeto. Mas, o que falta mesmo são obras, obras pesadas, de infra, e isso demanda um custo, uma verba um tanto vultuosa. Porque, só nessa região, temos cadastradas em torno de 21 a 24 ocupações irregulares, e ao longo dos últimos anos tem crescido mais o número de ocupações irregulares, está aumentando, ainda mais com a melhoria que se tem feito na região como um todo: empreendimentos habitacionais, o 4º Distrito, enfim, a vontade de progresso para aquela região. Neste local aqui, o que que se fez até então na Cooperativa Santo Antônio? Se fez o projeto urbanístico e se aprovou o projeto urbanístico, então, tem todo um projeto traçado, sim, para essa área aqui. Se aprovou um projeto geométrico, tem um projeto geométrico aprovado na SMOV em 2015, com toda a drenagem superficial da área, mas o que se precisa realmente fazer são obras; porque tem uma galeria, que gera uma faixa umidificável em um lado da vila, tem que se retirar em torno de quatro ou cinco

casas dali e tem toda a parte de pavimentação. Eu acredito que não dá mais para fazer o provisório, até dá, digamos, que de tanto em tanto tempo tu vais fazer o provisório, mas precisa obra definitiva no local, foi feita a Ernesto Neugebauer, que teve toda a frente alargada, foi feito todo projeto ali, inclusive a calçada foi reduzida da área onde estão os moradores, e o que realmente precisa são obras de infraestrutura: pavimentação, esgoto cloacal, esgoto pluvial, senão não se resolvem os problemas. E a gente tem, sim, exemplos onde foram feitas, como a vila A.J. Renner; todas lá no Humaitá: Nossa Senhora da Paz, eram áreas todas semelhantes, que não tinham infra, não tinham esgoto, e hoje em dia tu vais lá e a diferença é grande, é grande, tu consegues enxergar as pessoas saindo para trabalhar sem precisar trocar o sapato, sem precisar pisar no barro, passeando com carrinho de bebê, que é uma coisa simples para nós, mas para eles...

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Morei 30 anos na A.J. Renner, fui em 1980 para a Vila A.J. Renner.

SRA. SILVANA CELIA PALMA: Mas foram feitas obras realmente grandes, acho que a A.J. Renner é uma das obras maiores que eu conheço de regulação fundiária desde que estou no DEMHAB, desde o ano 2000, há 23 anos. É isso. Então, tem, sim, projeto, temos bastante projetos em alguns setores, e o Humaitá, digamos assim, essa região Humaitá, Farrapos, é uma das que tem, sim, o que falta, realmente, é o investimento em obra, investimento pesado, em infra. E é isso. A maioria dessas áreas são Áreas Especiais de Interesse Social, ou seja, a gente tem um cuidado, um regime urbanístico diferenciado para essas regiões aqui; todas elas são AEIS, tu consegues fazer com que as áreas não precisem de um recuo de jardim de quatro metros, que o índice construtivo seja reduzido, a taxa de ocupação também, então, eu acho que, sim, se avançou muito no papel, mas na questão física, na questão que realmente é necessária, ainda a gente precisa dar um passo adiante. Foi instaurada a Reurb aqui, pela Lei nº 13.465, ou seja, a partir de um levantamento todo que se faz no DEMHAB,

depois da instauração da Reurb, de levantamento de documentação, enfim, é possível avançar para titulação de todos os lotes nessa área aqui. E a ocupação Campos Verdes, eu tenho conhecimento através de um relatório da Defensoria Pública da União – DPU, e através desse relatório eu tive conhecimento que DEMHAB fez um cadastro, acho que em 2015 ainda; o DEMHAB tem um cadastro, a liderança forneceu um cadastro, e tem mais um outro cadastro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SILVANA CELIA PALMA: Isso, é em torno disso, 32, 37.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SILVANA CELIA PALMA: Exatamente. Houve um período em que teve realmente tentativa de reintegração de posse, foi aberta uma ação de inquérito civil pelo Ministério Público, e, nesse relatório, a gente vê que tem uma negociata entre DNIT, DEMHAB, enfim, os dois são intimados a depor e a fornecer informações; e, sim, tem cadastros que estão comparando os moradores, o número de moradores, de famílias.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Mapeamento.

SRA. SILVANA CELIA PALMA: Mapeamento. A gente não tem levantamento topográfico sobre a área...

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Esse foi o impasse. Quando eles deram a ordem de despejo para nós, *online*, por causa da pandemia, eu questionei. (Ininteligível.) chegou e falou que aquilo ali era uma área operacional deles, mas como não existe mais área operacional ali, já faz muito tempo, de trem, no caso, eles tinham uma área operacional que era alugada para depósito de cimentos e coisa assim, era alugada para a Votorantim. No fim, eles

trabalharam ali por quatro, cinco anos, saíram, fechou, e já está tudo depredado lá, não existe mais, essa área operacional deles não existe mais, essa área operacional deles não existe mais; eu tenho um terreno, e aí o que eu questionei com eles, com o ministério, na época, em 2020, foi uma das primeiras audiências, na segunda audiência em que eu estive com eles, eu estava participando já da associação, como presidente; daí eu perguntei para eles se eles sabiam onde é que era, porque todo mundo falava, eles falavam, falavam, e não falavam onde é que era a área operacional e onde nós estávamos, porque ninguém sabia. Esse era o problema, ninguém sabia onde é que era; falavam que era em tal lugar, e disse: “Quero saber onde é que é, eu quero que vocês nos apontem onde é que nós moramos.” Aí eles tiveram que cancelar a audiência, porque o promotor, na hora, perguntou onde é que era, e eles não sabiam, estavam julgando mas não sabiam onde é que era. Ninguém tinha ido lá ver onde é que era, ninguém sabia, não sabiam nem quantos família eram, não sabiam nada, só queriam a área né, no caso. E aí foi isso que eu que eu questionei, foi para sabermos quem morava lá, quem estava lá, para todo mundo localizar onde era o lugar também. E muita gente, na verdade, que nem a senhora falou, não sabe, não tem o mapeamento da região, do lugar, quantas famílias. Agora, como a senhora falou, a primeira foi em... (Ininteligível.), que eles fizeram, em 2016; agora tem mais outra, mas vocês foram lá, sabe como é que é, quando vê tem uma família morando. Eu, assim, vou dizer, estou na presidência faz dois, três anos – vai fazer quatro anos que estamos na presidência? Aí nós estávamos ajudando o Ronaldo, eu fiquei ajudando o Ronaldo; aí, com a doença do Ronaldo, que ficou dois anos doente, falecendo agora, aí eu me oficializei ali, mas é como eu digo, vai aumentando, cada vez aumenta mais; se deixar, quando ver, por isso que eu pedi, assim, a gente quer uma assistência para não se espalhar mais, porque tem lugar que é muito verde, tem muita árvore antiga, deixar, quando ver. A gente não tem como; eu ir lá e dizer assim: “Não, não vamos fazer mais.” Não tem como.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): E, Silvana, o DEMHAB tem como intervir nessa questão de ver a real situação dessa comunidade, esse

mapeamento, da forma que está, até para a gente poder ver que caminho que a gente vai seguir. O Ver. Cassiá falou há pouco tempo aqui dessa importância de o Executivo estar, principalmente, como já faz parte ali desse projeto grande da região e já colocar também essa comunidade nessa forma de resolver também, e mais uma comunidade. Há pouco tempo nós fizemos na Santo André, aqui nesta Casa, onde o pessoal estava fazendo um terrorismo lá com aquela comunidade, as pessoas andavam dando um papel de reintegração de posse, dizendo que a Prefeitura ia tirar eles de lá; pelo contrário, a Prefeitura, no caso, é ré no processo, o Ministério Público, que entrou com a ação para remover aquelas famílias – são mais de 400 famílias; através de uma das reuniões que fizemos aqui, eles souberam a verdade. Realmente eles têm que serem removidos de lá, só que a Prefeitura tem que se responsabilizar por fazer a remoção, assentá-los, dar uma nova casa, enfim, não sei se é através de bônus-moradia ou outro espaço, mas pelo menos a gente está, tanto nós aqui do Legislativo, quanto do Executivo, a gente tem que estar presente, principalmente nesse momento, porque é um terrorismo que essas famílias passam todos os dias, não sabendo a realidade, o que vai acontecer. Então, acho que é um papel nosso – Ver. Cassiá falou muito bem aqui sobre essa situação, da importância de estarmos dentro dessas famílias; então, eu pediria para a senhora para que a gente pudesse fazer uma rodada, principalmente essa situação, também com a Santo Antônio, tem tantas outras, mas para a gente ver se consegue, através desta Casa, acelerar esse processo para ver se a gente consegue resolver. O Darcy falou há pouco tempo também que tem um projeto já em andamento, de macrodrenagem, que vai melhorar muito a nossa região ali; eu, como sou morador ali há 48 anos, sei da realidade ali, uma casa de bombas é necessário, a revitalização daquele valão que hoje está todo obstruído, não é Darcy, daquela questão que construíram casas em cima, que têm que ser removidas, removidas de uma forma humana; eles não pediram para estar ali, só que, como estão, tem que ter esse olhar diferente, não do Beco X, lá da Rua do Paraíso, lá da Rua Voluntários da Pátria, antes do Grêmio, entre a Rua Frederico Mentz ali até a Rua José La Porta.

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Eu falei do Beco X, porque o canal que passa dentro do Beco X é o que recebe água delas. É que é o canal...

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): ...mas é outra que recebe da quadra 80, daquela região do outro da vila, que hoje está todo obstruído, que vem da Rua A.J. Renner até a Rua Voluntários da Pátria. Então, eu acredito que a gente pode fazer uma... Sim, já convidei o Ver. Buyu. Por favor, faça parte junto com a gente, Buyu; interromper. A casa é nossa. Então, eu acredito que a gente pode e a gente se coloca à disposição para fazer essa provocação com a Defensoria Pública da União também, até para vocês saberem de fato a realidade do que está acontecendo lá, até para ver, enquanto não há esse reassentamento, essa questão deles, para que a gente consiga uma autorização para a Prefeitura poder entrar com alguns serviços básicos para pelo menos dar garantia por esse tempo que eles estão lá. É nesse sentido que eu acho que a gente está aqui buscando essas melhorias. Não queremos burlar a lei; não queremos fazer nada que não seja a lei, mas, nesse meio tempo, são vidas, são famílias que merecem ter esse olhar diferente.

SRA. SILVANA CELIA PALMA: Claro que a gente leva todas essas questões, sim, não é, Miriam? E tem, sim; o DEMHAB tem um planejamento, e a ideia é realmente sempre conseguir apoio. Tem vários programas, enfim, lançados pela nossa direção, agora, no momento, e vamos levar, sim, esse relato. Não sei se a Miriam quer colocar alguma questão, nos ajudar.

SRA. MIRIAM DA ROCHA FERNANDES: Boa tarde, pessoal. A Silvana é especialista no Humaitá. Ela trabalha há mais de 20 anos nessa região. Eu só vou complementar em relação ao processo de regularização, que é, realmente, um processo longo. Infelizmente, a gente entende a realidade das pessoas, mas é um processo longo. A própria Silvana não conhece muito a área em que vocês estão. Eu particularmente não conheço nada desse histórico de como é que a coisa... A gente sabe, acompanhou a questão da construção da ponte, a questão

da retirada de famílias, mas efetivamente quem foi para onde eu não tenho esse conhecimento. Acho que a Silvana também não tem assim no detalhe, mas com certeza a gente vai levar esse relato. Eu até acho que poderia ir um pouco além. Vocês estão organizados como uma associação. Eu acho que, como associação, vocês podem tentar um contato direto com o gabinete do diretor-geral do DEMHAB para levar essa questão e esclarecer, em primeiro lugar, essa questão da propriedade e da viabilidade de vocês permanecerem onde estão. Eu estou entendendo que existe essa dúvida, porque, se teve reintegração de posse, a lei da Reurb não permite que a gente, como poder municipal, inicie, atue na área enquanto tiver esse tipo de litígio. Então, é importante que a gente esclareça em que pé está essa situação. Sim, uma coisa puxa outra. O que a gente tem visto muito é que esses assuntos são levados ao Cejusc para ter esse acordo entre as partes. Então, a gente tem que esclarecer, em primeiro lugar, eu acho, qual é a situação da comunidade de vocês.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Na última audiência com a DPU, eles falaram sobre a Reurb também. Eles tinham a possibilidade de colocar a gente sobre a Reurb, junto com o Ministério Público, mas, na última reunião – eu tive uma agora com o advogado da DPU –, eles falaram que está tudo travado; falaram que: “Oh, por enquanto, vocês fiquem tranquilos, fiquem em paz, porque não tem nada de projeto para tirar vocês de lá”. Não tem ainda, porque eles não têm onde colocar. Estão vendo qual é a situação da...

VEREADOR ALEX BUYU (SD): Alex Buyu, líder comunitário há 16 anos, Passo das Pedras, hoje, vereador, cumprimento todos, a Mesa, pessoal que está participando também. Primeiramente, o que temos no Plano Diretor da área ocupada? Tem ideia do que tem lá como Plano Diretor? Porque, sim, eu vou dar exemplo: DEMHAB. Muitas vezes e por muitos anos, por muito tempo, a gente começou a descobrir que, se não tem nada no Plano Diretor, se a cidade não planejou nada para aquele local ali, fica mais tranquilo de a gente os transformar depois em AEIS, como nós começamos a fazer na Zona Norte. E olha, o Cássia

aqui, que é o que tem mais tempo na Casa, viu quantas áreas nós conseguimos, porque, nos governos passados, nós acabamos o governo Fortunati com 740 ocupações em Porto Alegre. E aí, nós começamos, exatamente lá na Zona Norte, no Eixo Baltazar, região a qual pertença, a estudar o Plano Diretor. O que não tivesse planejamento em cima, nós estaríamos, junto com parceria do DEMHAB, na época eu era conselheiro do Orçamento Participativo, tentando transformar em AEIS, área de interesse social; e aí depois nós buscamos outras parcerias com outros departamentos. É o caminho mais rápido, parece um caminho preguiçoso, meus colegas vereadores, parece um caminho preguiçoso, mas não; nós temos um problema grave, nós não temos, realmente... Antes era tão fácil, Alex, na oposição, que a gente chegava e cobrava; mas daí, deste lado aqui, a gente começa a pensar um pouquinho mais na forma prática, então vamos para o que dá para fazer, até porque a gente está lidando com famílias. Primeiro, vemos o que temos no Plano Diretor, no que a gente vai precisar do DEMHAB, porque o DEMHAB tem isso, a Simone tem todo esse planejamento da cidade – é com vocês, não é? Depois, se aproximar ali também com outros órgãos competentes sobre o Plano Diretor. Depois, o próprio DEMHAB pode pedir o encaminhamento junto. Aí, vai precisar da associação, fazer um cadastro com todos lá, um cadastro caprichadinho; vai uma equipe responsável para poder passar para o DEMHAB, porque eles não têm essa equipe social que precisaria passar de porta em porta, e isso tem um custo, e o custo hoje a Prefeitura está enxugando o máximo possível para poder passar para o próximo ano, passar pela LOA do próximo ano. Então, se a gente conseguir arranjar daqui hoje um encaminhamento de parceria com a associação sendo parceira de cada um, mostrando realmente... E aí, meu querido, vai ter um trabalho um pouquinho mais... Tu vais ter que chegar simplesmente e ver quem realmente precisa.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Nós fizemos agora um cadastro, como nós estávamos falando, vêm uns professores da UFRGS...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Não, nós fizemos um cadastro geral da vila, um mapeamento geral, quantas famílias, casa por casa. Nós temos esse levantamento, essa parte nós temos.

SRA. SILVANA CELIA PALMA: É, provavelmente vocês devem ter alguma planta, é isso?

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Sim, foi o que nós fizemos agora.

SRA. SILVANA CELIA PALMA: Não é um trabalho que começa do zero, já existem cadastros, existe o cadastro do DEMHAB e existe o cadastro da liderança, pelo que eu sei. Realmente tem que bater os dois *in loco*, passar de casa em casa.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Nós estamos trabalhando isso aí, sobre isso aí, sobre o mapeamento, sobre o cadastro dos moradores do local lá.

SRA. SILVANA CELIA PALMA: E extensão de AEIS também, como o vereador falou, é possível.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Sobre essa possibilidade também foi falado na reunião, quando nós estivemos lá. Nós temos, nós estamos correndo, porque é como nós estamos, ali são famílias; e aí tu podes entrar hoje e amanhã tu podes não estar ali, entendeu?

SRA. SILVANA CELIA PALMA: Eu acredito que a área toda do Humaitá faça parte do 4º Distrito, da área de expansão do 4º Distrito.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SILVANA CELIA PALMA: Exatamente, então seria possível incluir, e eu acredito que é um trabalho, sim, do DEMHAB, que é o Departamento Municipal de Habitação, mas as secretarias e os departamentos devem participar em conjunto, porque é um problema sempre complexo. Quando se trata de habitação social, não envolve uma questão só, envolve toda infra, envolve toda a bacia da região, enfim, envolve várias questões. Não é só o DEMHAB, a Prefeitura como um todo tem que atuar, senão tu não fazes um trabalho em conjunto, pegando só uma parcela, só uma parte.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: A parte social do 4º Distrito.

SRA. SILVANA CELIA PALMA: Exatamente.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Para saber que nós estamos ali, essa é a parte, porque, no caso, foi agora, de 2017 ou 2018 para cá, que o pessoal começou a fazer, a arrumar o local, a fazer a casa, a arrumar água e luz. E, como entrou a luz agora, o pessoal ficou mais na ansiedade ali sabendo sobre essas taxas e coisas assim, daí o pessoal começou a apertar a associação para saber: “Nós estamos pagando? Não estamos pagando?”. É que nem tu falaste ali, nós entendemos que faz parte da taxa da cidade, no caso, a iluminação; faz parte da cidade, foi o que eles falaram para nós. Mas aí tu falares para quem está pagando ali e precisando da iluminação é diferente, entendem? Para mim, eu entendo, até entendo; eles foram lá, falaram para mim, mandaram WhatsApp. E aí eu fui falar para o pessoal da associação, e eles disseram: “É, mas nós estamos pagando e não temos”. Então é assim.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Pessoal do DEMHAB, até para a gente tomar conhecimento do processo, qual é o conteúdo do litígio, o que ele obriga ou cobra da Prefeitura? Qual é o desacordo?

SRA. SILVANA CÉLIA PALMA: É um processo antigo, de 2015. Eu li e me concentrei mais no relatório da Defensoria Pública da União, eu não olhei o processo em si, detalhadamente, mas em princípio era uma reintegração de posse, a retirada das famílias...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Da própria União?

SRA. SILVANA CÉLIA PALMA: Da empresa América Logística ainda.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SILVANA CÉLIA PALMA: Exatamente. Depois disso eu não tenho mais relato desse processo. Enfim...

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Tem dois ou três processos.

SRA. SILVANA CÉLIA PALMA: Deve ter mais de um, eu tenho só um que passa lá, eu não tenho todo desfecho dele. Eu devo ter pego o mais antigo que passou pelo DEMHAB.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Esse de 2015, eu acho que foi a retirada do pessoal, foi antes um pouquinho, aí tiraram e colocaram nesse lugar, porque agora já tem mais três processos.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Vocês poderiam até nos ajudar também.

SR. PAULO RENATO OLIVEIRA DE CAMPOS: Sim, eu tenho os processos, tenho em PDF, tenho tudo.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Assim como ela falou, representando o DEMHAB, é um custo muito alto essas obras, aí eu pergunto aqui qual é esse

custo e consequência disso, ou seja, só se estivesse no orçamento ou vai mais além, ou seja, numa verba internacional do BID ou coisa, de tão volumosa? Só para a gente ter uma noção do panorama.

SRA. SILVANA CÉLIA PALMA: Depende a quantidade de comunidades que se quer fazer a intervenção. Isso realmente depende de orçamento, mas depende do número de famílias, da área toda que tu vais querer fazer a intervenção. A Santo Antônio, por exemplo, tem um orçamento antigo, eu não me lembro se é R\$ 3 milhões para a infra – tem que se atualizar a cada ano, esse orçamento é de 2020, 2019, para fazer toda a infra, toda pavimentação, implantar redes de água e esgoto, todas novas, e pluvial, cloacal, e retirada e demolição de algumas casas para abertura da via. Está se prevendo uma via, a maior aqui com 7,5 metros, calçamento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Esses casos a gente sabe, Porto Alegre tem mais de 80 mil de áreas irregulares e de risco, então naturalmente algumas vão ser legalizadas, agora todas não consegue, é um pensamento do governo, seja esse ou seja outro que virá, porque o outro que passou não fez. A Comissão faz esse trabalho de interligação, não temos poder, nós somos Legislativo. Se fosse, por exemplo, uma cota baixa, nós poderíamos nos cotizar aqui nas nossas emendas impositivas e resolver, mas como se trata de um número muito alto, só o governo através do orçamento ou uma captação de dinheiro do BNDES ou federal. Eu não sei se o pessoal do DMAE... Nessa conjunção de fatores, eu vejo, olhando de longe – não estou dentro do governo –, uma dificuldade imensa devido a essas consequências, custo, litígio, isso é uma coisa que tem que evoluir, Paulo, então nesse aspecto eu gostaria de, em nome da Comissão, solicitar que tu pudesses resgatar qual a causa direta do litígio e o que se pode contornar, porque até chegar lá nessas grandes obras tem muita coisinha que tem que acontecer, e se precisarmos ajudar, um caminho... Por exemplo, eu sei que tem que ter laudo. Fui a uma área na semana passada que foi R\$ 80 mil um laudo. Eu dou R\$ 80 mil das emendas impositivas, o valor não é tão alto, mas é

tanta coisa em Porto Alegre... Eu vou abrir meu coração aqui: a ideia do OP é maravilhosa, mas ele foi desvirtuado. Sou vereador nesta Casa desde 2000, quando começou, praticamente, o OP, e o que incentivaram de invasões de Porto Alegre foi impressionante, achando que pressionando o governo iam resolver. Como é que se resolve toda essa demanda que está aí?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Cada caso é um caso, exatamente, mas por isso que a gente quer saber, se for uma coisa menos pesada, vamos dizer assim, a gente pode ajudar, mas o litígio é o grande impasse neste momento. O DEMHAB está fazendo, a sua capacidade até em uma disputa de uma pressão muito grande que a sociedade exige. Vocês sentem lá mais do que nós. Aqui é a ressonância, mas lá vocês têm o processo, têm o dia a dia. Não é fácil, pois se acumulou tempo, e vocês estão em uma região que mais demanda isso, a Zona Norte. Demanda o... Assim como tem o vizinho do lado, o vizinho também é pobre muitas vezes. Temos a cidade mais pobre, do lado, que é Alvorada, que tem muitos problemas também idênticos, que agora estão dando lá. Tu não vês, por exemplo, inundação em Cachoeirinha, mas tu ouves falar em Alvorada, que é o mais pobre, o filho pobre. Nós temos o nosso filho pobre aqui do lado, que está em uma região que se junta à Zona Norte, que é uma região pobre. Então, eu acho que é uma decisão muitas vezes, eu perguntando do DMAE e da SMSUrb, tem, às vezes, até mais condições, porque afeta quando vocês... Ele falou em saibro. Eu fui secretário de obras. Quem fez praticamente a 3ª Perimetral fui eu. Mas o saibro é um problema. O saibro tu botas, tu não sabes como é que vai terminar: ou é poeira, ou é barro, não tem saída. E aí vem a dificuldade de todo mundo. Por mais que o Dilton passe a patrôla – às vezes, eu acho que a patrôla é melhor do que o saibro –, vai nivelar, mas aí tu pegas e botas o saibro ali para endireitar, e vem uma chuva; botou hoje, mas a chuva de noite leva tudo, ela dá uma emparelhada. Porque vocês gostam do saibro – é verdade –, mas ele tem que ser muito bem compactado, caso contrário ele vira

um transtorno. Exatamente. Então, estou dizendo isso porque eu conheço um pouco essa questão. A água, para vocês terem ideia, eu sempre digo que a água é a nossa solução muitas vezes; saúde, tudo. Mas ela nos causa muitos problemas. Estão vendo aí. E o asfalto que vocês colocam lá, veio a chuva, se parou água, ela infiltra. O maior adversário do asfalto é a água, como o óleo. Por que que, nas paradas de ônibus, fazem concreto ali? Porque o asfalto não resiste. Quando o ônibus dá aquela travada, o óleo geralmente cai ali, além da água empossada. Nós vivemos em uma cidade plana, onde está mais para cima também tem o problema de cair de lá ou coisa parecida, mas a gente tem que ajudar. O DEMHAB tem feito sua parte, o DMAE está na circunstância. O Dilton agora está tapando buraco. Está mesmo? É, exatamente. Aí vem a chuva, agora está marcando chuva para amanhã, sexta e sábado. Olha aí. Então, a gente tem que entender. Agora, eu estava... Para concluir. Não sei se vocês acompanharam. Nova Iorque estava debaixo d'água. Aí a gente criticava Porto Alegre. Em Nova Iorque, dentro do maior país do mundo, do mais rico do mundo, estava vazando água por dentro dos condomínios, tipo goteira. E a cidade parou, trancou. Na nossa, graças a Deus, se não me engano – tomara que eu não esteja errado –, não morreu ninguém. Se consegue fazer o que é possível. Claro que é. Incidentes acontecem. As ilhas são um problema sério nosso. É o que nós estávamos falando aqui. Muita gente se quer tirar, mas tirar para levar para onde? Vai levar para um pior? Então, as ilhas... Outro detalhe: o cidadão não quer sair. Acham que vão roubar a casa dele, que vão levar tudo. Até entendo, mas uma coisa nós vimos aqui, neste momento, a solidariedade do povo gaúcho porto-alegrense é muito grande. Então, eu sei o sofrimento de vocês, conheço muitos loteamentos, áreas de risco. Mas a Prefeitura, eu estive lá, sofre, quer ajudar, mas, às vezes, não consegue ajudar, porque é área de risco, e tu vais incentivar a pessoa a ficar naquela área de risco, ou ir mais gente para aquela área de risco. Então, isso é sério, não é, Dilton? Então, nesse aspecto é que, às vezes, o cidadão não tem a noção de que ele pode se mudar dali para um lugar melhor, mas ele não quer, não adianta. Então, eu entendo que vocês... Mas louvo a presença de vocês aqui. Dessa forma, tem que reivindicar, não é só

brigando, tem que lutar pelos seus direitos, mas conversando para poder chegar a um denominador. No que vocês puderam ajudar, nós, a CUTHAB, a Prefeitura... Às vezes, a briga vai para o confronto, mas, às vezes, tem que usar mais a racionalidade, buscando alternativas, às vezes até paliativas para o momento da circunstância, e avançar sempre em busca da regularização que vocês querem. Obrigado.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Ver. Cassiá. Então, já no adiantar da hora, chegando já quase ao final, agradecendo a presença aqui do Darci, do Dilton, a Miriam, Silvana, é muito importante as presenças de vocês. Acho que estão os três principais atores aqui, principalmente para tratar desse tema, e essa importância desse diálogo, da forma que a gente está conduzindo aqui. Eu acho que é um respeito não só às comunidades, mas também vocês, com as comunidades, e a gente poder fazer esse trabalho para que a gente consiga dar uma resposta concreta. Então, como encaminhamento ficou dado aqui, vereadores...

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Eu queria fazer uma correção, e uma contribuição aqui, depois que eu vi o projeto da Silvana lá, pedi para Irana, que mandou aqui, que é a agência nossa de planejamento. Então, assim, não é SMOI, é DEMHAB mesmo; que eu tinha dito antes. Então se nós já temos o projeto, já temos uma etapa andada, tá? Não é fácil ter um projeto, entende? É caro, e a questão às vezes não é tanto a despesa é o desenvolvimento do projeto que não é fácil.

Quem faz porque faz projeto lá, tem que decidir, entendeu? Às vezes tu tem que achar uma solução e tem que decidir, não dá pra ficar é elucubrando muito, vou fazer assim, vou fazer assado, vou passar por aqui, passar por ali. Fazer projeto, tem que decidir, né? Tu pegas um campo aberto, tem que decidir. Então já temos o projeto, é com o DEMHAB. Agora é questão de empreender a execução da obra, mas aí é recurso e ver capacidade de execução. Esse tipo de coisa.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Obrigado, Darcy, pela contribuição e esclarecimento também, já vai ficar gravado nas notas taquigráficas. Então, como encaminhamento, ficou que a gente vai fazer uma nova rodada, Miriam, para que a gente possa, daí isoladamente falar e acertar com essas duas comunidades para que a gente consiga ativar tanto da Santo Antônio, também quanto da Campos Verdes, até para ver a real situação. Presidente Paulo, então, se puderes conseguir para nós os processos ali, para contribuindo e complementando.

Tudo que tu tiveres, enfim, para contribuir; não tem problema, pode passar. A gente pode fazer esse encaminhamento juntos, no caso com o DEMHAB, para nós irmos lá, enquanto Comissão, para que a gente possa fazer daí essa conversa, com o secretário André Machado, para que a gente consiga fazer esse esclarecimento ver de que forma que a gente pode estar agindo, o Executivo até para poder ter essa autorização para Prefeitura poder entrar lá e, de fato, fazer o serviço de melhorias que vocês estão aqui reivindicando nesta Casa. É gente boa pra caramba.

Agradeço então a todos, ao Dilton, Darcy, por mais uma vez serem parceiros desta Casa aqui, sempre, tentando solucionar da melhor forma possível, é o nosso papel aqui dessa Comissão: falar a realidade para as pessoas, para comunidade e também porque como eu falei, a Santo André viveu um terrorismo, vocês, muitas vezes, vivem um terrorismo lá, não sabem o dia de amanhã, se vão acordar com a Brigada, todo mundo, oficial de justiça lá, com ordem de despejo. Mas que bom que eles deram uma travada lá, e que a gente vai ter esse tempo para poder correr atrás da real situação. E, com certeza, a Prefeitura vai tentar entrar nesse processo para ver que de que forma que a gente pode fazer e entrar nesse bolo. Daqui a pouco esse projeto também, como está nesse projeto, Darcy, dessa macrodrenagem ali da região, também olhar para a Santo Antônio ali e ver de que forma que pode fazer.

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: É que é a Santo Antônio é a questão da implantação do loteamento, entende? Não é tanto a obra da macrodrenagem do DEMHAB, é a implantação do projeto do DEMHAB.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Então tá, dou por encerrada esta reunião. Agradeço a presença de todos, com certeza, poderemos fazer mais reuniões, trazendo essa pauta tão importante que é a moradia digna. Agradeço aos vereadores presentes aqui, sempre contribuindo, o Ver. Cassiá já foi presidente por duas vezes aqui, então já tem essa noção e também a prioridade para estar falando com respostas, e principalmente direcionando as respostas que a gente precisa dar para vocês. Obrigado a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h47min.)

TEXTO SEM REVISÃO